

E. R. 001
ASSIMPI

BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PART
CNPJ/ME nº 39.502.022/0001-9
NIRE 35.300.557.841



JUCESP PROTOCOLO
0.269.236/21-1



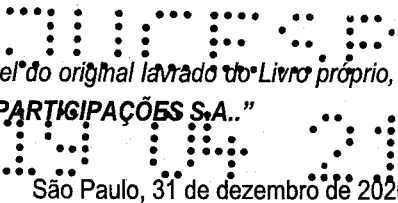
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

- I. **Data, Hora e Local:** Em 31 de dezembro de 2020, às 10:00 horas, na sede social da BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, 1101B, parte, Ala B, WT Morumbi, Vila Gertrudes, CEP: 04.794-000 ("Companhia").
- II. **Convocação e Presença:** Os editais de convocação foram dispensados, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, em função da presença de acionistas representando a totalidade do capital social.
- III. **Composição da Mesa:** Presidente: Roberto Orlando Cavalieri Perroni; Secretária: Ingrid Gross Pizzo.
- IV. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia e consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social.
- V. **Deliberações:** Após exame e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações, com o voto favorável de todos os acionistas presentes:
 - 1) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais), passando o capital social de R\$ 100,00 (cem reais) para R\$ 1.060.100,00 (um milhão, sessenta mil e cem reais), com consequente emissão de 1.060.000 (um milhão e sessenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de aproximadamente R\$1,00 (um real) por ação, observado o disposto no artigo 170 §1º da LSA, inteiramente subscritas pela acionista SKM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FI ("SKM"), e integralizadas mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), conforme Instrumentos Particulares de Adiantamento para Futuro Aumento Capital celebrados em 11 de dezembro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, nos valores de R\$ 1.000.00,00 e R\$ 60.000,00, respectivamente, entre a Companhia e a sócia SKM, com o expreso consentimento do sócio Perroni.
 - 2) Em razão do aumento do capital aprovado acima, os acionistas decidem alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social, que passou a vigor da seguinte forma:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.060.100,00 (um milhão, sessenta mil e cem reais), representado por 1.060.100 (um milhão, sessenta mil e cem) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal."
- VI. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes.
- VII. **Assinaturas:** **Mesa:** Roberto Orlando Cavalieri Perroni, **Presidente;** e Ingrid Gross Pizzo, **Secretária.** **Acionista:** SKM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII e ROBERTO ORLANDO CAVALIEI PERRONI.



"Certifica-se que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro próprio, de Atas das Assembleias Gerais do **BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**"



São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

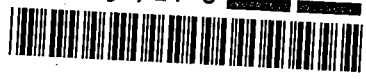
Ingrid Gross Pizzo
Secretária

JUCESP
19 ABR 2021

SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

apm
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA-GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOLICITAÇÃO Nº
172.092/21-8



JUCESP

apm
IRM



ANEXO

**À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 DA
BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 39.502.022/0001-95
NIRE 35.300.557.841**

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
APROVADO NA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

A acionista **SKM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII**, fundo de investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelas disposições contidas em seu regulamento, pela Lei nº 8.668/93 e pela instrução CVM nº 472/08 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907, Botafogo, CEP 22250-040, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.085.888/0001-82, neste ato representado por sua administradora, PLURAL S.A. BANCO MÚLTIPLO, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907, Botafogo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.246.410/0001-55, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), para realizar o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimentos imobiliários, neste ato devidamente representada na forma dos seus atos constitutivos, subscreve, nesta data, 1.060.000 (um milhão e sessenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, integralizadas mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), conforme Instrumentos Particulares de Adiantamento para Futuro Aumento Capital celebrados em 11 de dezembro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, no valor total de R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais).

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

SKM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII



ANEXO II
ESTATUTO SOCIAL
BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 39.502.022/0001-95
NIRE 35.300.557.841

Capítulo I
Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º - A BPG CAJAMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações e se regerá pelo presente Estatuto Social, pelos dispositivos contidos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: (a) a exploração do ramo de incorporação imobiliária, compra e venda de bens imóveis comerciais, prontos ou a construir, terrenos ou frações ideais; (b) a locação de imóveis; (c) a administração de bens próprios; e (d) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding").

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, 1101B, parte, Ala B, WT Morumbi, Vila Gertrudes, CEP: 04.794-000, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação de sua Diretoria.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II
Capital Social

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.060.100,00 (um milhão, sessenta mil e cem reais), representado por 1.060.100 (um milhão, sessenta mil e cem) ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá adquirir as próprias ações mediante autorização da Assembleia Geral, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

Parágrafo Terceiro - Os aumentos de capital da Companhia poderão compreender ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe.

Parágrafo Quarto - Os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuem, cabendo à Assembleia Geral fixar o prazo para a referida subscrição, que será no mínimo de 30 (trinta) dias contados da primeira publicação do "Aviso aos Acionistas" no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, o qual será publicado por três vezes consecutivas.

Parágrafo Quinto - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou cautelas.



Capítulo III
Assembleia Geral

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas, observadas, em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Artigo 8º - É da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) alteração do objeto social;
- b) transformação, fusão, incorporação e cisão ou qualquer outra forma de reestruturação societária;
- c) requerimento de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Companhia;
- d) dissolução, liquidação e extinção;
- e) aprovação dos orçamentos anuais, planos operacionais e de investimento da Companhia;
- f) a assunção de quaisquer dívidas ou obrigações de pagamento;
- g) outorga de aval ou qualquer garantia, seja real ou fidejussória;
- h) qualquer aumento ou redução do capital social (salvo para aumento por meio de capitalização de reservas ou em qualquer caso que a lei exigir), desdobramento, grupamento, resgate ou aquisição de ações emitidas, e a emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários; e
- i) fixar a remuneração da Diretoria e aprovar qualquer plano de compensação e benefícios aos Diretores, bem como quaisquer alterações subsequentes a tais documentos.

Artigo 9º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á com a antecedência prevista em lei mediante convites pessoais dirigidos aos acionistas e através de anúncios publicados pela imprensa, e deles deverá constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, a hora e o local da reunião, que deverá ser na sede da Companhia, salvo motivo de força maior, quando os anúncios indicarem, com clareza, o lugar da reunião que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da cidade onde a Companhia tiver a sua sede.

Artigo 10º - A Assembleia Geral será convocada e instalada por qualquer Diretor da Companhia, cabendo à Assembleia Geral escolher o presidente e o secretário para comporem a mesa que dirigirá os trabalhos.

Artigo 11º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.



DIRETORIA
DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um o diretor presidente e os demais diretores sem designação específica.

Parágrafo Primeiro - Os diretores serão eleitos, e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, pelo prazo de gestão unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até serem empossados os seus sucessores.

Parágrafo Segundo - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, deverá ser convocada, dentro de 3 (três) dias úteis que se seguirem ao evento, Assembleia Geral para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, em suas funções.

Parágrafo Quarto - Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão.

Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral determinará o valor da remuneração global anual dos membros da Diretoria, cabendo a esta distribuí-la entre seus membros.

Artigo 13º - A Diretoria administrará a Companhia com plenos poderes, de conformidade com as leis vigentes e com o presente Estatuto Social, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia que não sejam de competência da Assembleia Geral, cabendo-lhe fazer cumprir as leis, o Estatuto Social e as determinações da Assembleia Geral.

Artigo 14º - Compete à Diretoria, como colegiado:

- a) cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) deliberar sobre a abertura, mudança, encerramento ou alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia, em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais;
- c) submeter à apreciação da Assembleia Geral deliberação sobre as matérias listadas no Artigo 8º deste Estatuto Social;
- d) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício;
- e) escolher e destituir auditores independentes; e
- f) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral.



Artigo 15º - As reuniões de Diretoria serão convocadas e presididas pelo diretor presidente e deliberará por maioria de votos, devendo as deliberações constar de atas lavradas no livro próprio da Companhia.

Artigo 16º - Os atos que importem em assunção de obrigações pela Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com ela só serão válidos quando firmados: (i) por dois Diretores em conjunto; ou (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) por dois procuradores em conjunto.

Parágrafo Primeiro - Os procuradores serão constituídos mediante instrumento de mandato outorgado pela Companhia, representada: (a) por dois Diretores em conjunto; ou (b) por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos para tanto. Os instrumentos de mandato deverão especificar os poderes e o respectivo prazo, sempre determinado e não excedente a um ano, salvo nos mandatos judiciais, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo - Em caráter excepcional, a Companhia pode ser representada por um único Diretor ou um único procurador, desde que haja, no caso específico, autorização expressa da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá ser representada, ainda, por um procurador, agindo isoladamente, em Juízo.

Capítulo V **Conselho Fiscal**

Artigo 17º - A Companhia terá um Conselho Fiscal com as atribuições e poderes conferidos por lei, de funcionamento não permanente, que será instalado quando solicitado por acionistas, na forma da lei.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Segundo - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Parágrafo Terceiro - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base na prerrogativa do artigo 163, V da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, reunir-se-á sempre que seus membros julgarem necessário, sendo suas resoluções registradas no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

Artigo 19º - Os membros do Conselho Fiscal receberão uma remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger, nunca inferior, para cada membro em exercício, a um décimo da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação no lucro.

Capítulo VI **Exercício Social**



Artigo 20º - O exercício social tem início em 01 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, devendo a Diretoria, ao final de cada exercício social, fazer elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo Primeiro - Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser levantados balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio, com base nesses balanços, observadas as disposições legais pertinentes, em especial o §1º do Art. 204 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Segundo - A Diretoria poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 21º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o caput deste artigo, destinar-se-ão, sucessivamente e nesta ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Segundo. Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observados os ditames legais.

Artigo 22º - A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 23º - As demonstrações contábeis da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Capítulo VII **Dissolução, Liquidação e Extinção**

Artigo 24º - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, determinará o modo de liquidação da Companhia e elegerá o Conselho Fiscal, que somente funcionará durante o período de liquidação caso solicitado pelos acionistas.

Capítulo VIII **Disposições Gerais**

Artigo 26º - A Companhia disponibilizará a seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes.

Artigo 27º - Em caso de abertura do capital da Companhia, esta deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de



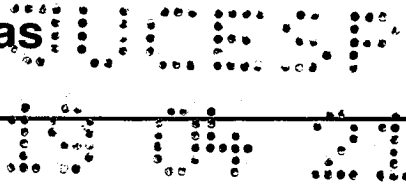
práticas de governança dispostos nos incisos I e IV, do parágrafo 4º, do artigo 2º da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho 2003, conforme alterada de tempos em tempos.

Artigo 28º - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral

Artigo 29º - As acionistas reafirmam seu compromisso no sentido de conduzir as atividades sociais de acordo com os mais altos padrões de honestidade, integridade e ética, mediante o estrito cumprimento da legislação aplicável, assim como das normas e exigências constantes das políticas internas da Companhia, incluindo seu Código de Conduta Ética Profissional."



Página de Assinaturas



Número do documento: 01817

Código do documento: 4e3ce6ed-86d5-43fd-bb66-5e0984a8e4c9

Link do documento no cofre DocSales: <https://web.docsales.com/approval/4e3ce6ed-86d5-43fd-bb66-5e0984a8e4c9>

Signatários

Signatário: Cintia Sant Ana de Oliveira

Documento Assinado em: 19/03/2021 às 16:36.

Função: Assinado como parte

E-mail: cintia.santana@bancoplural.com

CPF: 026.654.557-22

IP do Usuário: 189.106.26.106

Signatário: Rodrigo de Godoy

Documento Assinado em: 19/03/2021 às 14:23.

Função: Assinado como parte

E-mail: rodrigo.godoy@bancoplural.com

CPF: 006.651.417-77

IP do Usuário: 179.191.91.2

Signatário: Ingrid Gross Pizzo

Documento Assinado em: 19/03/2021 às 14:19.

Função: Assinado como parte

E-mail: ingrid.gross@brookfieldproperties.com

CPF: 126.803.797-48

IP do Usuário: 74.84.164.36



Certificado de Assinatura



DUCEAP
19 04 21

O Documento abaixo foi assinado digitalmente e criptografado com certificado digital da cadeia ICP-BRASIL na plataforma DocSales, conforme regulamentado pela Lei No 14.063 de 23 de Setembro de 2020 e encontra-se armazenado em cofre criptografado. Para verificar as assinaturas clique no link acesse <https://web.docsales.com/validator> e digite o Código do Documento abaixo. Este documento foi gerado em: 08/04/2021 às 19:17 (UTC)

Código do documento:

4e3ce6ed-86d5-43fd-bb66-5e0984a8e4c9

Hash do documento:

8d6c5e0d7b9667d2dbfa2e268dcbfe0ea923c137d240a16ce0994f19e9cd970e



Assinaturas



Cintia Sant Ana de Oliveira
cintia.santana@bancoplural.com

Assinado em 19/03/2021 às 19:36 (UTC) com o IP 189.106.26.106
informando o cpf 026.654.557-22.



Rodrigo de Godoy
rodrigo.godoy@bancoplural.com

Assinado em 19/03/2021 às 17:23 (UTC) com o IP 179.191.91.2
informando o cpf 006.651.417-77.



Ingrid Gross Pizzo
ingrid.gross@brookfieldproperties.com

Assinado em 19/03/2021 às 17:19 (UTC) com o IP 74.84.164.36
informando o cpf 126.803.797-48.

Validador de Documento

Para validar se o documento é válido, acesse: <https://web.docsales.com/validator?uuid=4e3ce6ed-86d5-43fd-bb66-5e0984a8e4c9>

